

Michael Schudson



Entrevistando o fantasma de Walter Lippmann

Professor de Jornalismo e professor adjunto de Sociologia na Universidade de Columbia. Doutor pela Universidade de Harvard (1976), é autor de diversos livros, como "Descobrimdo as notícias" e "The Sociology of News".

DOSSIÊ

PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

Resumo

O autor simula, neste texto, uma entrevista fictícia com Walter Lippmann, enfocando nas relações entre jornalismo e democracia, a profissionalização do jornalismo, as escolas de jornalismo, o liberalismo e a ciência. Palavras-chave: jornalismo; democracia; Lippmann.

Abstract

The author simulates in this text, a fictitious interview with Walter Lippmann, focusing on the relationship between journalism and democracy, the professionalization of journalism, journalism schools, liberalism and science. Keywords: journalism; democracy; Lippmann.

Tradução_Daniel Yamaguti

"Walter Lippmann's Ghost: an interview with Michael Schudson", publicado pela Mass Communication and Society, 19 (3), p. 221-229, 2016, com autorização da Association for Education in Journalism & Mass Communication e da Taylor & Francis.

Um reconhecido pesquisador realiza um exame esclarecedor de questões duradouras: a imprensa como uma instituição democrática, a profissionalização do jornalismo, as escolas de jornalismo, o liberalismo, e a ciência. Esta inimaginável conversa cara-a-cara com Walter Lippmann é ligeiramente humorística e ainda oferece perspectivas importantes sobre a responsabilidade do governo pela imprensa no passado e sobre a prestação de contas da imprensa ao público em nossa era digital.

Michael: Walter, que surpresa maravilhosa ver você aqui em Seattle para o congresso da Associação Internacional de Comunicação! Mas eu pensei que você tinha morrido em 1974!

Walter: Você não acredita em fantasmas? Bem, nem eu. E nós não temos permissão para viajar de volta entre os civis com frequência, mas eu ouvi tanto sobre a Microsoft e o Starbucks que eu tinha que conferir. (Além disso, tendo passado algumas décadas, eu aprendi muito sobre a banda Nirvana).

Michael: Bem, é simplesmente maravilhoso que você esteja aqui. Eu adoraria saber suas impressões a respeito do jornalismo e da democracia nesses tempos, particularmente à luz do programa que você esperava que os jornalistas adotassem na época que você escreveu *A Liberdade e as Notícias* (1920) e, em seguida, *Opinião Pública* (1922). Então, me deixe começar com o triste fato de que o número de jornalistas nas redações americanas diminuiu de 67.000 em 1992 para 59.000 em 2002 e para aproximadamente 40.000 hoje em dia. Neste contexto, há alguma esperança de obter o tipo de cobertura noticiosa que uma democracia necessita?

Walter: Bom, como você provavelmente já sabe, um estudo feito em 1971 encontrou 39.000 jornalistas trabalhando em jornais também, número essencialmente idêntico ao que temos hoje. Sim, tenho consciência que há cerca de 50% pessoas a mais no país em relação àqueles tempos. Mas graças a computadores, websites, coletores de dados, fontes brilhantes de informação como a Wikipédia ou o YouTube, boas ferramentas de busca como o Google, e até mesmo graças a um jornal com notícias online antigas, os repórteres atuais são simplesmente mais efi-

cientes em pesquisar uma matéria do que antes. Sim, 20.000 empregos nas redações foram perdidos desde 2002, mas a questão é: quantos repórteres você precisa recontratar para atingir o mesmo nível de qualidade nas redações? Com certeza inferior a 20.000. É menos que 15.000? Eu acho que sim. É menos que 10.000? Talvez. Até o momento, que eu saiba, ninguém ainda tentou mensurar a “produtividade noticiosa” dos jornalistas de qualidade – não o número de matérias, mas a qualidade do trabalho produzido.

Michael: Você parece muito familiarizado com as novas tecnologias. Estou impressionado.

Walter: Bem, é claro. Nós temos *Wi-fi* onde eu estou.

Michael: Em *A Liberdade e as Notícias* (1920), você escreveu que duas coisas podem ajudar o jornalismo a alimentar a democracia. Em primeiro lugar, você tinha grandes esperanças de que as escolas de jornalismo poderiam inspirar nos alunos um espírito profissional. Segundo, você incentivou que houvesse uma expansão de especialistas na coleta de dados e análise política no que você chamou de “observatórios políticos”. Como nós temos feito isso considerando a profissionalização do jornalismo e o desenvolvimento de observatórios políticos?

Walter: Deixe-me responder uma coisa de cada vez. Em primeiro lugar, na profissionalização. Você é muito jovem para saber o quão irremediavelmente pouco profissional foi o jornalismo em 1920. Houve um forte preconceito nas redações contra a formação universitária. Houve, de fato, uma antipatia generalizada com qualquer coisa que sequer se aproximasse disso.

E o que você e Katherine Fink escreveram no início deste ano em *Journalism: Theory, Practice and Criticism* sobre a “ascensão do jornalismo contextual” conta a história do jeito certo (Fink & Schudson, 2014). (Não se surpreenda que eu acompanhe as revistas acadêmicas. A comunicação digital facilita tudo). Quase tudo o que foi impresso na primeira página na década de 1950 e até mesmo no início dos anos 1960 era deferente ao poder, deficiente em energia, e simplesmente maçante. Dizer que isso seguiu os “5 Q” em um esforço de objetividade é piada. Foram os 4Q’s – quem, o quê, quando, onde. Dificilmente havia qual-

quer esforço para examinar o “porquê” do tópico em questão. O que Newton Minow diria na televisão na década de 1960, poderíamos muito bem ter dito nos jornais de 1920 – é que era um vasto deserto.

No final dos anos 1960 e nos anos 1970, isso tinha mudado dramaticamente, de modo que metade dos artigos de primeira página tornou-se acentuadamente e decisivamente analítica ou interpretativa, oferecendo um contexto para a reportagem que ajudava a enquadrar as notícias de última hora. E depois da guerra do Vietnã, a maioria dos jornalistas passou a acreditar que eles não estavam fazendo seu trabalho se não oferecessem o contexto.

Michael: Mas por que? Isso se deve ao fato de que temos mais ou melhores escolas de jornalismo?

Walter: As escolas de jornalismo têm melhorado. Eu alertei em *A Liberdade e as Notícias* que as escolas de jornalismo não serão boas se os alunos forem ensinados por “mentes pouco empreendedoras viciadas nas tradições de um jornalismo sempre dez anos atrasado” (p.73). O que importa é “um reconhecimento público da dignidade” da carreira em jornalismo (p.73) e uma formação “em que o ideal de testemunho objetivo seja primordial” (p.74). O que é fundamental é que os estudantes de jornalismo se tornem “homens pacientes e destemidos da ciência que têm trabalhado para ver o que o mundo realmente é” (p. 74). Isso foi mais difícil de alcançar até 1920 do que tinha sido antes, simplesmente porque o mundo cresceu de maneira muito complicada. E, como eu pontuei antes, cresceu de forma mais complicada na esfera governamental, porque o centro do governo mudou-se do Congresso para as agências executivas. “É mais fácil denunciar o Congresso do que informar sobre os departamentos, porque o trabalho do Congresso cristaliza grosseiramente com frequência em uma votação nominal. Mas a administração, embora tenha se tornado mais importante do que a legislação, é difícil de seguir, porque seus resultados são espalhados durante um longo período de tempo e os seus efeitos são sentidos de formas que nenhum repórter consegue realmente medir” (p.81).

Michael: Ok. Nós voltaremos a isso. Mas voltemos à solução para o problema da imprensa. Em primeiro

lugar, você sugeriu melhorar a formação jornalística. E o segundo ponto – escritórios externos de inteligência ou observatórios políticos?

Walter: “Teoricamente”, eu escrevi, “o Congresso tem competência para agir com olhar crítico sobre a administração.” Mas isso não aconteceu. As investigações no congresso foram invariavelmente inadequadas para os seus propósitos – “quase sempre incursões não-planejadas”. Mas duas coisas começaram a acontecer no momento em que eu escrevia. Havia “institutos mais ou menos semioficiais de pesquisa do governo” estabilizados dentro do governo e havia “o crescimento de agências privadas especializadas que tentam dar resumos técnicos do trabalho de várias áreas do governo” (p.81). Ambas as coisas feitas por “repórteres peritos organizados” (*expert organized reporters*) (p.81). Essas várias organizações coletivas – esses observatórios políticos – fornecem uma análise que jornalistas consistentes podem absorver e retraduzir para o público.

Em *Opinião Pública*, eu sugeri que o jornalismo e os jornalistas são incapazes de fornecerem informações adequadas às necessidades da democracia se eles operarem sozinhos, sem uma “máquina de registro” que seja confiável. Os observatórios políticos são um intermediário com um foco contínuo e único para analisar e explicar assuntos políticos complexos de forma mais acessível aos jornalistas.

Michael: Muito bem, mas se passaram 90 anos. Há observatórios políticos bem-sucedidos?

Walter: Tudo o que posso dizer é que os observatórios políticos têm de ter sucesso. O jornalismo não é capaz agora e nunca será capaz de servir a democracia sem esses observatórios. Na longa extensão da História desde a democracia na antiga Atenas até o século XXI, o governo popular mudou de uma democracia direta ou de um governo de “assembleia” para um governo “representativo” ou “republicano” e para uma “democracia monitorada”. Naquilo que se tornou os Estados Unidos, “o governo de assembleia” foi enormemente limitado ao governo local da Nova Inglaterra; o modelo de sessão da cidade nunca se tornou um modelo para o governo estadual ou federal do país. Em nível federal, a representação foi

a forma governamental primária, mesmo que, nos primórdios, o público em geral votasse diretamente apenas para a Câmara, não para o Senado.

Mas no século XX, algo inesperado aconteceu. O centro de gravidade do governo mudou-se do Legislativo para o Executivo. Isso foi o que alguns pensadores têm chamado de “a ascensão do Estado administrativo”.

Mas como é que o público ou seus representantes mantêm um Estado administrativo responsável? A resposta curta é: “com grandes dificuldades”. A resposta longa é que um novo conjunto de mecanismos tem surgido com um propósito – tanto é que podemos até dizer, assim como disse o teórico político australiano John Keane, que temos uma nova forma de democracia, a “democracia monitorada”. A “democracia monitorada” direciona a atenção para a variedade de novas formas que o poder, particularmente o poder governamental, é monitorado por instituições dentro e fora do governo, chegando ao que Keane (2009) chamou de “contínua correção pública daqueles que exercem o poder” (p. 817). O contraste em relação à democracia representativa consiste particularmente no termo “contínuo”. As eleições oferecem a correção pública ocasional – e a democracia monitorada na poderia funcionar sem isso – mas a democracia monitorada amplia o repertório de mecanismos de supervisão que operam dia após dia.

A democracia monitorada surgiu, curiosamente, tanto dentro como fora do próprio governo. Eu vi isso começar a acontecer em 1919. Do lado de fora, muitos *think tanks*. E, tanto quanto eu esperava, as universidades criaram dezenas de institutos de primeira linha e escolas de políticas públicas, que produzem pesquisas e análises importantes. Além disso, empresas de pesquisas de opinião pública independentes ou com fins lucrativos adicionam uma dimensão poderosa a tudo isso.

E o governo começou a monitorar a si próprio. A Lei de Procedimentos Administrativos de 1946, como o juiz Richard Posner (1966) colocou, “significava a aceitação do Estado administrativo como um componente legítimo do sistema legislativo federal, mas impôs restrições processuais que fizeram do processo administrativo um bom negócio como o judicial” (p. 954). Uma emenda à Lei de Procedimentos Administrativos foi aprovada em 1966 e que nós

conhecemos como a Lei de Liberdade à Informação. Na era pós-Watergate, a Lei de Ética no Governo, de 1978, começou o processo que levou em poucos anos à nomeação, em todas as agências em nível de gabinete e na maioria das outras agências federais, de um gabinete próprio de inspetor-geral com para auditar o departamento em uma base contínua. Os inspetores gerais [IGs], por meio de relatórios semestrais, tornam de forma pública uma avaliação do desperdício, da fraude e do abuso dos bens públicos. No ano fiscal de 2008, os IGs, coletivamente, fizeram recomendações para economizar mais de 14 bilhões de dólares; conduziram investigações que identificaram mais de 4 bilhões de dólares, que os IGs recuperaram; e produziram mais de 6 mil acusações, mais de 6 mil processos bem-sucedidos, e cerca de 5 mil suspensões (Conselho dos inspetores gerais sobre integridade e eficiência, 2009). A propósito, eu gosto do modo você incorpora o conceito de democracia monitorada em seu novo livro. E o seu capítulo sobre as origens da Lei de Liberdade de Informação é esclarecedor! (Schudson, 2015).

Michael: Obrigado, mas quão importantes essas coisas podem ser? Nós tivemos inspetores gerais por cerca de 40 anos e ninguém sabia nada sobre eles!

Walter: É verdade, pouca coisa alterou na educação cívica. Os americanos ainda pensam que são governados pelos três poderes na mesma condição do governo. Mesmo os jornalistas atuam a partir dessa suposição. Para os jornalistas, fazendo coberturas de eleições, da presidência e do congresso, parecia um prato cheio à medida que a complexidade aumentou. As eleições primárias para presidente e a “campanha permanente” substituíram as convenções partidárias para nomeações, o peso presidencial aumentou assim como expandiu o governo e como a política externa tornou-se, de forma permanente, uma grande característica da responsabilidade presidencial em uma potência mundial. A operação do Congresso, a partir da década de 1960, tornou-se mais visível publicamente e mais democrática internamente, menos controlada pelos costumes e pela antiguidade, sendo mais uma plataforma para membros mais novos e mais jovens, portanto,

uma história muito mais difícil de contar.

A burocracia, ao contrário, era uma espécie de caixa preta, ainda relacionada às preocupações com os mecanismos de implementação de leis originárias do Congresso e da Casa Branca. Certamente as agências operaram com um grau de discricção, mas no modelo conceitual de democracia com o qual, infelizmente, os americanos ainda trabalham, a discriminação administrativa é mais um ruído no sistema do que um planejamento de governo.

A mídia faz a cobertura dos relatórios dos escritórios dos inspetores gerais com bastante frequência – mas quase nunca mencionam o que é um inspetor geral. O que faz um inspetor geral? Como é que um inspetor geral vem para o trabalho? Há quanto tempo trabalha para o escritório? Quais poderes tem um inspetor geral? A quem reporta o inspetor geral? Os relatórios dos inspetores gerais são públicos? Eu li pelo menos duas dúzias de reportagens no *New York Times* ao longo dos últimos anos – eu tenho muito tempo livre para ler jornais – com os relatórios dos inspetores-gerais sempre devidamente creditados, mas em nenhum caso a natureza do escritório dos IGs foi explicada, e muito menos qualquer menção com relação à origem relativamente recente do escritório. O que um IG faz é tomado como autoevidente tanto quanto o que fazem um senador, um vice presidente, o presidente da Câmara ou um secretário de gabinete. Ainda todos esses postos tenham existido no espectro político desde 1789, o posto de inspetor-geral surgiu somente a partir da reforma de Watergate, de 1978. Os jornalistas não informam os seus leitores sobre isso, nem pesquisadores da área de mídia tem escrito mais de duas páginas sobre estes e outros auditores e investigadores interno do governo. Sim, eu sei, essas duas páginas são suas. Mas que vergonha, Michael, elas apareceram em seu artigo em *Daedalus* (2010) e não em um periódico que qualquer um dos seus colegas gostariam de ler. E, frente a isso, você não tem muita presença online.

Michael: Bem, agora você pode descobrir o jornal *Daedalus* na minha página *Academica.edu* e você pode fazer o download de lá ou da minha página no site da Escola de Jornalismo de Columbia.

Walter: Fico feliz em ouvir isso. Você realmente tem

que se mostrar.

Michael: Você não é a primeira pessoa a me dar este conselho, mas você é o mais velho! Uma última questão: um monte de críticos contemporâneos colocam você como um elitista e um antidemocrata. No prefácio de Ronald Steel's no livro *Opinião Pública*, ele defendeu você como um democrata fervoroso: “Ele não só manteve um democrata convicto, como também dedicou o resto de sua longa vida a explicar assuntos de Estado para o público em geral”. Ainda assim, muitos enxergam você e John Dewey como adversários, estão mais ao lado dele do que do seu.

Walter: Bem, eu não tenho nenhuma responsabilidade sobre os acadêmicos que são leitores desleixados. John Dewey lia de perto, é claro. Eu e ele compartilhamos muita coisa - o liberalismo por um lado, e a fé na ciência por outro. Tanto o liberalismo quanto a ciência tiveram tempos difíceis nas últimas décadas. E os dois tem um lado insensível. O liberalismo tem uma fé obstinada nos direitos individuais, nos processos justos e no Estado de Direito, mesmo quando ele protege canalhas, e certamente quando protege indivíduos e minorias das majorias que iriam usar sua grande maioria para pisar nos outros. Do mesmo modo, na ciência não se insiste naquilo que é sempre certo. Com efeito, seu *ethos* é insistir que qualquer saber convencional deve ser passível de revisão e é provável que deva ser revisto. Verdades científicas não são escritas em pedras. Mas a ciência, no entanto, tem regras rígidas e implacáveis. Então, sim, o professor Dewey era afetuoso e – com todo o seu brilhantismo – uma mente confusa. Pelo menos alguns poucos críticos têm lido atentamente o suficiente para reconhecer as minhas credenciais democráticas – você (Schudson 2008) e Sue Curry Janses (2012), entre eles.

Michael: Uma pergunta final: em *A Liberdade e Notícias*, você deu grande importância aos observatórios políticos. Aquilo foi em 1919 e 1920. Em *Opinião Pública*, publicado em 1922, a expressão “observatórios políticos” não aparece. Você nota, como antes, as falhas da imprensa em fazer o mundo invisível visível, exceto naqueles casos onde outras instituições, por sua natureza, fornecem uma máquina de regis-

tros útil – placares esportivos e cotações do mercado de ações. O que aconteceu com os observatórios políticos?

Walter: Bem, eu não gosto de me repetir. E eu estava cada vez mais preocupado com o papel crescente do sujeito de relações públicas naqueles anos. Essas pessoas vendiam propagandas baratas para promover interesses especiais. Eles podem ter tido formação em jornalismo, um verniz de cognoscibilidade, mas faziam falsificações na circulação de informações para a democracia.

Mas a minha ansiedade sobre a influência das relações públicas no jornalismo não foi toda a minha análise. Quase todo mundo tem ignorado o penúltimo parágrafo que escrevi sobre a imprensa em *Opinião Pública*. A segunda frase desse parágrafo foi muito citada. “Ela [a imprensa] é como um holofote que se move sem descanso, para trazer à luz episódios que estão nas sombras” (p. 229) Mas esta frase faz sentido apenas em relação à frase que a precede: “A imprensa não substitui as instituições”. É por isso que, algumas frases adiante, eu escrevi, “o problema é mais profundo do que a imprensa, que pode ser um remédio. O problema encontra-se na organização social baseada em um sistema de análise e registro... Então... a notícia é revelada para a imprensa por um sistema de inteligência que é também uma checagem sobre a imprensa” (p.229) Bem, perdoe-me por citar a mim mesmo. Mas, sem ser muito presunçoso, eu não vejo uma só palavra que eu mudaria.

Michael: Então, nós temos hoje um “sistema de inteligência que é também uma checagem sobre a imprensa “?

Walter: O tempo vai dizer. Mas eu acho que há razão para otimismo. A internet permitiu uma espécie de checagem colaborativa sobre a imprensa, apontando suas omissões e seus erros. As novas organizações de *fast-checking* focam particularmente nas distorções de políticos e candidatos a políticos, mas também fazem checagem dos principais meios de comunicação. As pessoas se perguntam quão fácil é atualmente para os cidadãos viverem em bairros informacionais partidários e ideologicamente separados e polarizados. Mas eu estou bastante

impressionado com o peso total da circulação de informações. E, lembre-se, é muito mais fácil para as pessoas fazerem a checagem por elas mesmas! Você acha que leu o bastante no jornal há poucos dias, mas alguém pode duvidar da sua interpretação sobre o assunto.. Bom, mesmo se você tiver lido na versão impressa e a impressão tiver sido jogada na lixeira e ido diretamente para a reciclagem, você simplesmente encontrará a versão online. As informações perduram muito mais tempo do que costumavam perdurar. Até mesmo alguns velhos fantasmas perduram mais do que se esperava.

Michael: Fico feliz que isso seja verdade! Obrigado por conceder essa entrevista hoje.

Walter: Fico feliz também.

Recebido em 10 de fevereiro de 2016.

Aprovado em 27 de abril de 2016.